



O *Diálogo das Grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão (1618): Novos achados sobre os apógrafos da obra e o autor a partir da primeira edição em espanhol

José Manuel Santos Pérez
Salamanca

«A crônica mais positiva, a descrição mais viva, o flagrante mais exato da vida, da sociedade, da economia dos moradores do Brasil» (Rodrigues 1979: 371). Assim definiu o historiador brasileiro José Honório Rodrigues o *Diálogo das Grandezas do Brasil*, escrito provavelmente pelo comerciante e senhor de engenho Ambrósio Fernandes Brandão em 1618. Obra fundamental para entender o Brasil do século XVII, tem sido citada uma e outra vez pelos historiadores especialistas nesse período relativamente pouco conhecido da história da América Portuguesa. Apesar da importância da obra, citada várias vezes durante os séculos XVII a XVIII, só foi levada ao prelo no século XIX, depois do redescobrimento que o historiador Francisco Adolfo Varnhagen fez dos manuscritos (apógrafos) da obra existentes em Leiden e Lisboa. Sobre esses dois manuscritos houve uma espécie de «sigilo», termo muito querido por historiadores como Jaime Cortesão, que o utilizaram frequentemente para caracterizar a expansão portuguesa, em geral, e, especialmente, os primeiros compassos da expansão no Atlântico (Cortesão 1960). Podemos resumir o argumento de Cortesão da seguinte maneira: as autoridades portuguesas, ciosas da importância das suas conquistas e das possibilidades econômicas que poderiam (hipoteticamente) ter no futuro, decidiram manter o maior segredo (sigilo) possível sobre tudo o que tinha a ver com as suas ações no ultramar, evitando assim a cobiça de outros reinos europeus, fundamentalmente, Castela e depois França, Inglaterra e Holanda. Considerando que o *Diálogo das Grandezas do Brasil* oferece uma «viva e exata» descrição da América Portuguesa, e destacando o importante lucro que daria um investimento nesse território, poderíamos pensar que houve uma ação

de censura sobre o manuscrito, o que impediu a sua publicação na época. Na verdade, não sabemos as razões desta não publicação do livro no século XVII, mas haveria várias possibilidades que o explicassem. É provável que o próprio autor, que expressou no «Diálogo I» a necessidade de que a obra fosse levada ao Conselho de Sua Majestade na corte de Madrid, não quisesse ter mais problemas com a Inquisição dos que já tivera ao ser denunciado duas vezes, em 1591 e 1607, em Salvador e Lisboa. O livro poderia ter tido um relativo sucesso se tivesse sido publicado na época, como foi o caso dos outros dois Diálogos nos que se inspira a obra de Brandão: os *Coloquios dos simples e drogas e cousas medicinais da India* de Garcia de Orta (1563) e a obra de Luís Mendes Vasconcelos, *Do sitio de Lisboa: diálogos* (1608).

O *Diálogo* de Brandão não teve, finalmente, por ação ou omissão, uma edição contemporânea que mostrasse as «Grandezas do Brasil» aos leitores. As referências do autor aos astrólogos, as nulas (sendo quase obrigatórias) alusões ao trabalho das ordens religiosas no Brasil e as evidentes citações de passagens do Antigo Testamento próximos ao judaísmo devem ter tido o efeito de querer manter o texto quase escondido pelo autor depois de ser escrito. O mais seguro, portanto, é que o livro fora guardado por Brandão até a sua morte e que depois não surgiram as circunstâncias apropriadas para a sua publicação.

Os apógrafos de Leiden e Lisboa

Os dois apógrafos existentes da obra, um na seção de Coleções Especiais da Biblioteca de Leiden (Manuscrito VGG-Q-14) e o outro na seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa (Cod. 6819), têm importantes coincidências, mas também algumas diferenças. Nos dois manuscritos o título é *Diálogo das Grandezas do Brasil*, título original da obra que, curiosamente, foi mudado desde a primeira edição integral, feita por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia em 1930, publicada como *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Editores posteriores da obra, fundamentalmente José Antônio Gonsalves de Mello, continuaram reproduzindo esse erro, com o argumento de que a obra tem seis «Diálogos». O autor pernambucano, inclusive, chegou a afirmar que apenas o apógrafo de Leiden tem no título a palavra «Diálogo», em singular, o que não é correto (Mello 1997: XXXVIII). Pensamos que essa manipulação do título original vai contra os desejos do autor. Felizmente, as últimas edições da obra, a da Editora CEPE de Pernambuco, com base no

apógrafo de Lisboa, e a tradução para o espanhol feita por nós, recentemente, conservam o título original.¹

O exemplar de Leiden é um volume de 23 cm de comprimento e 12 de largura. Vários autores coincidem em afirmar que esta é a melhor cópia para se realizar edições contemporâneas, e por isso foi usada por nós, como texto principal, para a tradução em espanhol. O manuscrito tem 157 fólios e apenas uma ilustração, no fólio 21r. do «Diálogo I», relativa aos petróglifos do rio Araçuaigipe na Paraíba. Qual é a origem deste apógrafo de Leiden? Uma hipótese interessante, levantada por José Antônio Gonsalves de Mello no primeiro texto que ele escreveu sobre a autoria do *Diálogo*, é que a cópia teria sido levada para a Holanda pelo jesuíta mameluco Manoel de Moraes, que missionava na Paraíba antes da conquista holandesa e lá pôde ter tido conhecimento do texto (Mello 1960: 56). Sabemos muito mais sobre este curioso personagem depois da publicação da excelente biografia escrita por Ronaldo Vainfas (Vainfas 2008). Pouco depois da conquista holandesa da Paraíba, o jesuíta mudou de bando e passou a colaborar com os holandeses. Com eles viajou a Amsterdã em 1635 e ali se converteu ao calvinismo. Estudou teologia na Universidade de Leiden e casou duas vezes. Voltou para o Brasil em 1643 e, finalmente, foi processado pela Inquisição em Lisboa. Há informações de que escreveu várias obras, entre elas uma intitulada *Do sítio e fertilidade e outras peculiaridades da terra do Brasil*, também chamada *Historiae Brasiliensis*, que estaria baseada, segundo Mello, no *Diálogo das Grandezas do Brasil* (Mello 1960: 56). Nenhuma dessas obras chegou até os nossos dias. É muito complicado comprovar essa hipótese de Mello, mas temos alguns dados interessantes que podem servir para relacionar os textos supostamente escritos pelo jesuíta e o texto brandoniano. O historiador Ronaldo Vainfas, na biografia mencionada, confirma que Moraes conheceu pessoalmente os filhos de Brandão. Nos últimos momentos do processo inquisitorial em Lisboa, citou como inimigos dele os «Brandões», mas não sabemos a razão. Uma hipótese é que teve desavenças de tipo econômico (dívidas) com um Domingos da Costa Brandão, cuja relação com os filhos de Ambrósio não ficou evidente. No período final da conquista da Paraíba pelos holandeses, Manoel de Moraes atuou como capitão de índios e foi testemunha principal

¹ Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Primeira transcrição do apógrafo de Lisboa. Transcrição: Caesar Sobreira. Recife: CEPE Editora, 2019. Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogo de las Grandezas de Brasil*. Edición crítica, traducción y notas de José Manuel Santos Pérez. Madrid: Doce Calles, 2019.

da rendição da Paraíba, podendo talvez ter participado nela. Nesse período final de resistência aos holandeses, em que os moradores portugueses iam se deslocando de um engenho a outro, procurando uma boa defesa, é muito possível que Moraes tenha chegado a algum dos três engenhos herdados pelos filhos de Brandão naquela região. Foi assim que Moraes teria conseguido o manuscrito do *Diálogo*?

O jesuíta viajou a Holanda em 1635. Suas atividades lá o relacionam diretamente a Johannes de Laet, um dos diretores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC). Este humanista holandês, autor de várias obras geográficas sobre a América, em geral, e o Brasil, em particular, tinha um interesse científico, econômico e pessoal pelas regiões americanas. Diz-se que de Laet era «um ardente colecionador de informações, artefatos e curiosidades do Novo Mundo» (Dupré / Lüthy 2001: 177). Dirigia uma Companhia comercial com entrepostos comerciais na América do Norte e no Caribe, a qual tinha conquistado uma parte do nordeste do Brasil; era, ademais, acionista da colônia ou *patroonship* de Kilian van Rensselaer na beira do Hudson, perto do assentamento de Nova Amsterdã, onde estavam a filha e o genro dele como colonos (Merwick 1990: 21). Foi um prolífico autor de escritos referentes à América, notadamente *Nieuwe Werelt ofte beschrijvinghe van West-Indien* (*Novo Mundo ou descrição das Índias Ocidentais*), publicado pela primeira vez em 1625 e reeditado em 1633, agora em latim, sob o título de *Novus orbis seu Descriptiones Indiae Occidentalis*. No ano de 1644 publicou o *Jaerlijcks Verhael der West-Indische Compagnie* (*Relatório anual da Companhia das Índias Ocidentais*), onde já apareciam informações sobre as conquistas no Brasil, o qual pode ser considerado como a primeira história do Brasil holandês (Dupré / Lüthy 2001: 177-178). Também publicou uma edição da *Naturalis historia* de Plínio e foi compilador e editor, em 1648, da *Historia Naturalis Brasiliae*, a partir das notas e desenhos que Georg Marcgraf e Willem Piso levaram para os Países Baixos desde o Brasil, quando da sua estada de oito anos junto a João Maurício de Nassau. Este livro tem uma participação direta de Manoel de Moraes, já que nele de Laet incluiu um glossário de termos tupi que foi realizado pelo ex-jesuíta (Marcgraf, Piso, De Laet 1648: 276-277; Vainfas 2008: 135). Logo depois da chegada de Moraes na Holanda, o diretor Johannes de Laet o procurou, provavelmente quando soube da cultura e sabedoria do mameluco, pensando que através dele poderia aumentar seus já vastos conhecimentos sobre a América. A relação entre eles a partir desse momento foi intensa: de Laet converteu-se no padrinho e protetor do

ex-jesuíta e graças a ele obteve uma bolsa para a sua manutenção e a da sua primeira esposa. Moraes, incentivado por de Laet, foi a Leiden para estudar na mais importante e prestigiosa universidade da Holanda no momento. Na universidade conheceu o célebre teólogo e professor Gerhard Vossius. Parece que foi durante esta estadia de Moraes em Leiden que de Laet lhe fez a proposta de escrever uma *Historiae Brasiliensis*, a partir das lembranças e informações que trouxera do Brasil. É aqui que a hipótese de Gonsalves de Mello pode se materializar: é provável que essa *Historiae* tivesse sido inspirada no *Diálogo das Grandezas* de Brandão. O texto de Moraes não chegou a ser publicado, e não chegou até os nossos dias, nem na forma de manuscrito. Porém, foi bastante conhecido nos círculos intelectuais da Holanda do século XVII e, com certeza, foi utilizado por Johannes de Laet. Temos uma prova disso na curiosa disputa que surgiu entre Hugo Grotius e de Laet, por causa de uma publicação do eminente jurista. Em 1642, Grotius publicou em Paris e Amsterdã uma obra intitulada *De origine Gentium Americanorum Dissertatio* (*Dissertação sobre a origem dos povos americanos*). A ideia de Grotius, mais que provar a origem certa do homem na América, questão que já havia atraído a curiosidade de José de Acosta, era provar que o homem não existira antes de Adão, como tinham afirmado La Peyrère e seus seguidores, conhecidos como «preadanistas» e defensores da ideia de que os pagãos tinham existido muito antes da criação do primeiro homem. Na *Dissertatio*, Grotius defendia que, pelas informações da Bíblia e dos critérios linguísticos, ficava claro que o homem americano tinha uma origem múltipla, isto é, escandinava, etíope e chinesa (Dupré / Lüthy 2001: 177). Rapidamente, no mesmo ano de 1642, de Laet publicou uma nota de refutação das ideias de Grotius intitulada «Nota para a dissertação de Hugo Grotius sobre a origem dos povos americanos». Nela rebatia um por um os argumentos «linguísticos» e bíblicos do jurista, confrontando-os com os critérios da «observação» e da «experiência», devidos à grande quantidade de viagens feitas pelos europeus à América, que davam um contato direto com os habitantes do continente e, portanto, permitia um conhecimento muito superior e detalhado do que tinham os pensadores clássicos ou as informações da Bíblia. Johannes de Laet argumentava que o homem americano seria o resultado de uma origem «cartaginesa e hebraica» e não daquelas múltiplas contribuições escandinavas, etíopes e chinesas. A resposta de Hugo Grotius foi furiosa. Irônico, referiu-se a de Laet da seguinte forma: «uma barba sombria é a única coisa boa que tem esse invejoso detrator» (Wright 1917: 269). Acusou Johannes de

ter plagiado a *Historiae Brasiliensis* de Manoel de Moraes e de ter manobrado para evitar a entrada da obra no prelo para a sua publicação. A defesa de Johannes de Laet chegou através de uma «Responsio»² publicada em 1644, na qual expressava que quando conheceu Moraes teria lhe entregado uns textos que tinha escrito sobre a América para que o mameluco «advertisse qualquer engano e os emendasse», querendo depois editar segundas edições «fazendo menção do seu nome [Moraes] honradamente» (Vainfas 2008: 138-139). No final da réplica, Johannes de Laet se defendia da acusação de ter impedido a publicação da obra de Moraes, declarando que ele mesmo persuadira os «Elseviers» para que a «estampassem», e que eles «o teriam feito se [a obra] estivesse completa, mas é um fato que a levou ao Brasil, com o fim de concluí-la». Ronaldo Vainfas aponta que a acusação de plágio não estava fundamentada pois, apesar dos argumentos de Johannes de Laet, a sua obra *Nieuwe Wereldt-Novus Orbis* de 1625-33, baseava-se, na verdade, num «autor português», do qual o holandês não citou o nome, mas tinha lido em «certo livro publicado em inglês por Samuel Purchas em 1625». A obra mencionada era a edição inglesa dos manuscritos que Fernão Cardim levava no barco, quando fora apossado por piratas ingleses e levado prisioneiro para a Inglaterra. Quando foi liberado, os textos não foram devolvidos e foram publicados depois na obra *Purchas, his Pilgrimes*, de 1625. Porém, a acusação de plágio estava dirigida ao opúsculo sobre a origem do homem americano, e não ao livro *Novus Orbis*. Devemos lembrar que a crítica de Johannes de Laet a Hugo Grotius se referia ao argumento da origem «múltipla» do índio americano, defendida pelo jurista, perante o qual o diretor da WIC respondeu que a origem era «cartaginesa e hebraica». As fontes para escrever a *Nota ad Dissertationem* foram diversas, desde Plínio a José de Acosta, mas com certeza entre elas não estavam Purchas nem Cardim. E não podia estar porque na obra do jesuíta Fernão Cardim, no capítulo titulado «Do Principio e Origem dos Índios no Brasil», não existe nenhuma discussão sobre essa origem dos indígenas, centrando-se nos mitos de criação que os próprios indígenas contavam sobre si mesmos. O argumento da origem cartaginesa era relativamente conhecido na Europa da época, mas para o argumento da origem hebraica provavelmente seguiu Manoel de Moraes. Mas de onde teria vindo a ideia? Ela estava já expressa no *Diálogo das Grandezas do Brasil*,

² O título completo da réplica de Johannes de Laet é *Notae Ad Dissertationem Hugonis Grotii de Origine Gentium Americanarum* [«Resposta à segunda dissertação de Hugo de Grotius sobre a origem dos povos americanos»] e foi descoberta e traduzida por Capistrano de Abreu.

especificamente no «Diálogo II», desenvolvido numa ampla e curiosa conversa sobre o tema entre os interlocutores da obra, Brandônio e Alviano. Este último, curiosamente, defende a origem «china» [sic] do homem americano, enquanto o outro interlocutor defende a origem «hebraica». Não seria estranho pensar, portanto, que neste assunto concreto, a fonte de onde bebeu de Laet foi Moraes, que, por sua vez, bebera de Brandão.

A obra *Historiae Brasiliensis* de Moraes foi bem conhecida na Europa da época e citada numerosas vezes em obras de tema americano ou em compilações bibliográficas. Apareceu citada na obra *Bibliotheca Hispana Nova* de Nicolás Antonio, bibliotecário do rei Felipe IV, e também no livro de Goerg Hornius *De originibus americanis* (Vainfas 2008: 142-143). A obra de Gregorio García intitulada *Origen de los indios del Nuevo Mundo*, originalmente publicada em 1607, foi reeditada em 1729 por Andrés González Barcia, e nela aparecia também citada a *Historiae Brasiliensis*, com base na obra de Hornius (Guibovich Pérez 2007; Vainfas 2008: 143). Barcia era um importante erudito da corte de Felipe V, um dos fundadores da Real Academia Espanhola (Andújar Castillo, sd.). Homem de ampla curiosidade pelos temas americanos, realizou em 1737 uma edição da obra de Antonio León Pinelo, *Epítome de la biblioteca oriental y occidental*, publicada originalmente em 1629 (Capel 1982: 677). Barcia incluiu na reedição muitas outras obras de tema americano que ele tinha compilado. Na folha 677 do Tomo 2 desta obra aparece uma entrada sobre Manuel [sic] de Moraes, na qual faz a atribuição de uma obra intitulada «Historia del Brasil», acompanhada do seguinte comentário: «habiendo ido a Olanda, desde el Brasil, donde se crio, procuro que los Elzevirios la imprimiesen, i lo huvieran hecho, si estuviera acabada; pero se la volvió a llevar al Brasil, para perfeccionarla...». Esse é o comentário, quase literal, que de Laet fez na *Responsio* a Grotius de 1644. A entrada no *Epítome* continuava com o seguinte comentário: «[Moraes] reconoció a instancias de Juan de Laet su Obra del Nuevo orbis que enmendó muchas cosas especialmente de lo tocante al Brasil, en quanto a la Ortografía, descripciones de Animales y Plantas», o mesmo que tinha declarado de Laet. Na mesma obra, na página 678 do volume 2, aparece citado o manuscrito de Leiden do *Diálogo das Grandezas do Brasil* com o seguinte comentário: «Diálogo de las Grandezas del Brasil: en que hablan Brandônio i Albanio [sic], MS. en la Librería de Leida, fol. 359, en el qual se siguen cinco hojas de letra muy pequeña que contienen algunas cosas históricas y otras hojas del Brasil, año de 1624, 1625, todo en Portugués.» Portanto, sem querermos ser categóricos, podemos pensar que

a hipótese de Mello, de que a obra de Moraes foi escrita com base na obra de Brandão, pode ser verificada.

A presença do manuscrito do *Diálogo das Grandezas do Brasil* na cidade universitária holandesa de Leiden tem sido objeto de especulação, abrindo a hipótese de que pudesse ser conhecido pelos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, e eventualmente ser usado como importante fonte de informação sobre as capitanias conquistadas pelos batavos a partir de 1630. Essa ideia é defendida por João Ribeiro na obra *O Fabordão, Crônica de Vário Assunto*, publicada em 1910 no Rio de Janeiro e Paris (Simões 2001: 81). O que parece certo é que é praticamente impossível que a obra fosse conhecida na Holanda antes dos ataques à Bahia de 1624 e Pernambuco de 1630. Há possibilidades de que Johannes de Laet a conhecesse através de Moraes, e talvez também fosse conhecida por alguns dos intelectuais que o ex-jesuíta teve como professores em Leiden e, concretamente, Gerhard Vossius. O manuscrito da biblioteca está na seção «Special Collections», e faz parte da «Vossius Collection». Isso quer dizer que, por doação ou por compra, o manuscrito chegou aos estantes da biblioteca de Leiden por meio do grande intelectual de origem judaica Isaac Vossius, filho do professor Gerhard. Parece evidente que pode haver uma conexão entre os três, e é lógico pensarmos que o manuscrito passou de Moraes a Vossius pai e deste a Vossius filho, para depois ser depositado na biblioteca da universidade, mas os fatos não estão tão claros. Gonsalves de Mello assegura que o manuscrito foi comprado por Isaac à rainha Cristina da Suécia (Mello 1960: 54). O autor pernambucano não dá notícias sobre como essa obra teria chegado à Suécia. Isaac Vossius foi bibliotecário da rainha Cristina e uma parte do seu salário foi abonado em livros e manuscritos, entre os quais bem podia estar a obra de Brandão. Mas também comprovou-se que Isaac teria levado para Estocolmo volumes da biblioteca do seu pai para enriquecer a biblioteca real sueca (Balsem 2012: 281-310; Ackerman 1991: 104). De qualquer forma, a história certa é que o apógrafo chegou à biblioteca de Leiden, ainda no século XVII, permanecendo lá até hoje.

Também existem diversas polêmicas sobre a origem do manuscrito (apógrafo) de Lisboa, um livro de 30 cm de comprimento e 25 de largura. Tem 106 fólios, além de um índice, o que faz um total de 111 fólios. Tanto Varnhagen quanto José Antônio Gonsalves de Mello (apesar de algumas dúvidas) acreditam ser este uma cópia do manuscrito de Leiden. Não obstante, este apógrafo tem uma importante diferença a respeito do de Leiden. No primei-

ro fôlio aparece escrito que «foi composto por Bento Teixeira Pinto». A escritura das primeiras palavras, «foi composto por Bento», é de diferente cor e forma da utilizada para «Teixeira Pinto». Essas duas palavras estão escritas em cima de uma mancha branca que tapa o que foi escrito anteriormente, o que sugere duas mãos. É possível, como afirma Gonsalves de Mello, que tal adicionamento tenha sido escrito depois de que o historiador Francisco Adolfo Varnhagen examinara o manuscrito nos anos 30 do século XIX. Na verdade, o nome Bento Teixeira Pinto é uma invenção do erudito português Bernardo Gomes de Brito, que escreveu o nome dessa maneira na sua coleção de relatos de naufrágios *História Trágico-Marítima* de 1735-36. Nela atribuiu a Bento Teixeira, erroneamente, a obra *Naufrágio que passou Jorge de Albuquerque vindo do Brasil para este Reino no ano de 1565* (Moraes 2010: 392).

Essa falsa atribuição foi reiterada várias vezes no século XVIII. Em 1724, o Conde de Ericeira fez um compêndio da biblioteca do Conde de Vimieiro, na qual figurava uma entrada (número 175) sobre o *Diálogo das Grandezas do Brasil*. O comentário que aparece sobre o livro é o seguinte: «parece ser escrito no ano de 1618 por hum morador de Pernambuco de Apelido Brandão; porém como se acha que Bento Teixeira escreveu por estes tempos hum tratado das grandezas do Brasil, poderá ser deste o livro, que he amplo, e corioso».³

Apesar do comentário sobre Teixeira, essa foi a primeira atribuição feita a um «Brandão», uns anos antes que a fizesse Barcia na reedição do *Epítome* de León Pinelo. Também Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana* de 1741, usou esse nome inventado, Teixeira Pinto, para se referir ao suposto autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, e ainda lhe atribuiu uma origem pernambucana (Machado 1965). Na entrada correspondente a este personagem diz assim: «Natural de Pernambuco igualmente perito em Poética que na Historia de que são argumentos as seguintes obras. / *Prosopopeya dirigida a Jorge de Albuquerque Coelho [...] Relação do Naufragio que fez o mesmo Jorge Coelho [...] Dialogo das grandezas do Brasil em que são interlocutores Brandonio e Alviano*».

Varnhagen retomou essa atribuição no século XIX no epílogo da primeira edição íntegra do *Diálogo*, a qual apareceu em fascículos na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* entre janeiro de 1883 e

³ *Collecçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de sua Magestade, e da Academia Real (1724-1732), 449.

agosto de 1887. Este argumento de Varnhagen é tanto mais curioso se levarmos em conta que o historiador sorocabano, anteriormente, tinha atribuído a um «Brandão» a possível autoria da obra. A este texto refere-se um comentário em latim que aparece escrito na folha de rosto do manuscrito de Leiden, antes da primeira página do «Diálogo I», o qual diz o seguinte: «Dialogum de rebus Brasiliensibus, describi iussit nobilissimus V. Varnhagen, nunc dictus Vice Comes de Porto Seguro, legatus Brasiliensis, a. 1874. Vide de Dialogi auctore: Colleição de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, etc, tomo V, Lisboa 1836, pag. 98 [...]».⁴

O comentário é, portanto, um reconhecimento ao fato de Varnhagen ter descoberto o manuscrito em 1874, e também uma citação a uma referência bibliográfica do mesmo autor. Trata-se da entrada «Observação F» que aparece na página 98 da obra *Colleição de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas*, publicada em Lisboa em 1836. Na verdade, essa «Observação F» é uma mais das múltiplas e eruditas observações que Varnhagen fez naquela publicação sobre o manuscrito da obra de Gabriel Soares de Sousa *Roteiro geral com largas informações de toda a costa que pertence ao estado do Brasil e a descrição de muitos lugares dele, especialmente da Baia de Todos os Santos* [manuscrito], editado pelo mesmo Varnhagen em 1851 sob o título *Tratado descriptivo do Brasil em 1587* (Varnhagen 1836: 98; Varnhagen 1879). A propósito de um comentário sobre a graviola (*Annona muricata*), o historiador cita o *Diálogo das Grandezas*. Na nota que acompanha a citação (a «Observação F») Varnhagen fez uma crítica da atribuição do *Diálogo* a Bento Teixeira, com base nos comentários do «adicionador da Bibliotheca de Pinelo», isto é, da edição do *Epítome* de León Pinelo feita por Andrés González Barcia em 1737, citada anteriormente. Porém, esta que Varnhagen citou era uma entrada diferente da que falamos antes, e está na página 1714 do tomo 3. A entrada nessa página é «Brandaon» e diz o seguinte: «Brandaon, Portugués, vecino de Pernambuco, Diálogo de las grandezas de Brasil, que contiene muchas cosas de la Chorografia, i Historia natural de aquel pais, Ms. en la Librería del Conde de Vimieiro en portugués».

A fonte de informação é, claramente, a compilação feita por Ericeira e recolhida depois por Barbosa Machado, e se refere ao manuscrito de Lisboa, e

⁴ A tradução aproximada pode ser: «Diálogo de assuntos do Brasil, que o nobilíssimo V. Varnhagen, chamado agora Conde de Porto Seguro, embaixador do Brasil, ordenou copiar no ano de 1874. Sobre o autor do Diálogo cf. *Colleição de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas*, etc, tomo V, Lisboa 1836, 98.

não ao de Leiden, como era o caso anterior.⁵ Capistrano de Abreu, no ano de 1900, quando fez a primeira atribuição de autoria a Brandão, baseou-se também nessa entrada de Barcia e afirmou que o compilador fez tal comentário provavelmente depois de ler a obra (Capistrano de Abreu 1956: 23). É curioso que, como também apontou Varnhagen, na mesma página 1714 do Tomo 3 do *Epítome* aparece outra entrada, referida neste caso a Bento Teixeira, como autor de uma obra intitulada *Tratado de la Grandeça i fertilidad de la Provincia del Brasil o Nueva Luistania*, que não chegou até os nossos dias, com a qual se confunde tradicionalmente o livro de Brandão.

A conexão entre Brandão e Bento Teixeira não é apenas uma questão autoral. Os dois viveram em Pernambuco no mesmo período do final do século XVI, os dois escreveram obras importantes e os dois foram perseguidos pela Inquisição. É possível que fossem amigos, pois Brandão declarou em 1595 a favor de Bento no processo que a Inquisição abriu contra ele. Também existe confusão sobre o fato de ter sido ou não Bento Teixeira o primeiro «brasileiro» a ter levado um poema à imprensa em Lisboa, a *Prosopopéia* de 1601. Porém, essa ideia já foi descartada, pois Bento Teixeira nasceu no Porto e foi, quando menino, para Pernambuco. Como já demonstrou Enrique Rodrigues-Moura, o primeiro escritor nascido no Estado do Brasil que levou uma obra ao prelo foi Manoel Botelho de Oliveira (Rodrigues-Moura 2005).

O manuscrito de Lisboa, ao qual nos referimos, foi, provavelmente, um dos livros da biblioteca do Chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria. Sabemos isso por conta dos comentários feitos pelo Conde de Ericeira na compilação da biblioteca do Conde de Vimieiro, já citada. Afirmou Ericeira que a biblioteca do conde se compunha de 400 livros raros e manuscritos, «a maior parte do erudito e Ilustre Chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria», e entre eles estava o *Diálogo* (Megiani 2007: 40). Manuel Severim de Faria, importante erudito e bibliófilo, reuniu em torno da sua figura inúmeros informantes para as suas recopilações de notícias. Ana Paula Megiani considera, inclusive, que Ambrósio Fernandes Brandão bem poderia ter sido um desses correspondentes e informantes (2007: 27). Não sabemos como aquela cópia chegou até Severim de Faria. Uma possibilidade é que tenha sido levada para Lisboa por Frei Vicente Salvador, o autor da *História do Brasil* de 1627, escrita, precisamente, por encomenda do Chantre. Rodolfo

⁵ Não deixa de ser coisa curiosa que na mesma compilação bibliográfica existam duas menções diferentes do *Diálogo das Grandezas*, uma referida ao manuscrito de Leiden e a outra ao de Lisboa.

Garcia encontrou importantes semelhanças entre a obra de Frei Vicente e a de Brandão, fundamentalmente na parte dedicada a Pernambuco, e nas informações sobre os processos de fabricação do açúcar, mas não podemos mais que especular sobre esses fatos (Garcia 1956: 198).

Sem dúvida, o apógrafo de Lisboa é o exemplar referido por Ericeira: mencionou que constava de 106 fólios, «com índice e alfabeto, e muitas notícias da corografia e história natural de todas as Capitanias daquela conquista». Diogo Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, fez também uma referência a este mesmo documento. Na entrada sobre Bento Teixeira Pinto, já comentada, diz que o manuscrito do *Diálogo das Grandezas do Brasil* tem 106 fólios e trata de «muitas curiosidades pertencentes à Corografia e história natural daquellas capitanias», copiando de forma literal o texto de Ericeira, que, por sua vez, fora copiado por Barcia na reedição da *Biblioteca Geográfica* de León Pinelo. Comentou também Barbosa que o manuscrito se conservava na «Livreria do Conde Vimiero». É lógico que Barbosa usasse as memórias escritas por Ericeira, já que ambos os dois pertenciam à Academia Real da História, que foi a instituição que realizou o desejo do rei português D. João V de fazer levantamentos bibliográficos a inícios do século XVIII em Lisboa. Posteriormente, já em 1836, na «Observação F» acima comentada, Varnhagen também menciona este mesmo manuscrito quando fala de uma obra que «para nós é de grande preço» e que está na Biblioteca Nacional de Lisboa, texto de 106 fólios «sem rosto», com um diálogo entre Alviano e Brandônio, cujo autor seria este último. Há, por tanto, desde inícios do século XVIII bastantes referências ao manuscrito de Lisboa, o que contradiz a afirmação de Afrânio Peixoto, feita no Prefácio à edição do *Diálogo* de 1930, de que o manuscrito teria estado perdido até o descobrimento feito por Varnhagen.

Esse manuscrito de Lisboa, além da questão da atribuição de autoria, tem outras diferenças importantes em relação ao manuscrito de Leiden. No apógrafo lisboeta aparecem duas «penas»: a do copista e a de um «anotador» adicional, que escreve com letra e tinta diferentes da original, mas também do século XVII, e que faz diversas intervenções no texto. No encabeçamento de cada um dos seis «Diálogos» que a obra tem, aparece um comentário que faz uma síntese do conteúdo de cada capítulo. Esta informação é claramente uma adição feita posteriormente, pois em algumas ocasiões o espaço entre o encabeçamento principal («Diálogo Primeiro», «Diálogo Segundo», etc.) e o corpo do texto é tão estreito que mal cabe a descrição adicionada. De outro lado, o «anotador» posterior acrescentou anotações nas margens do texto

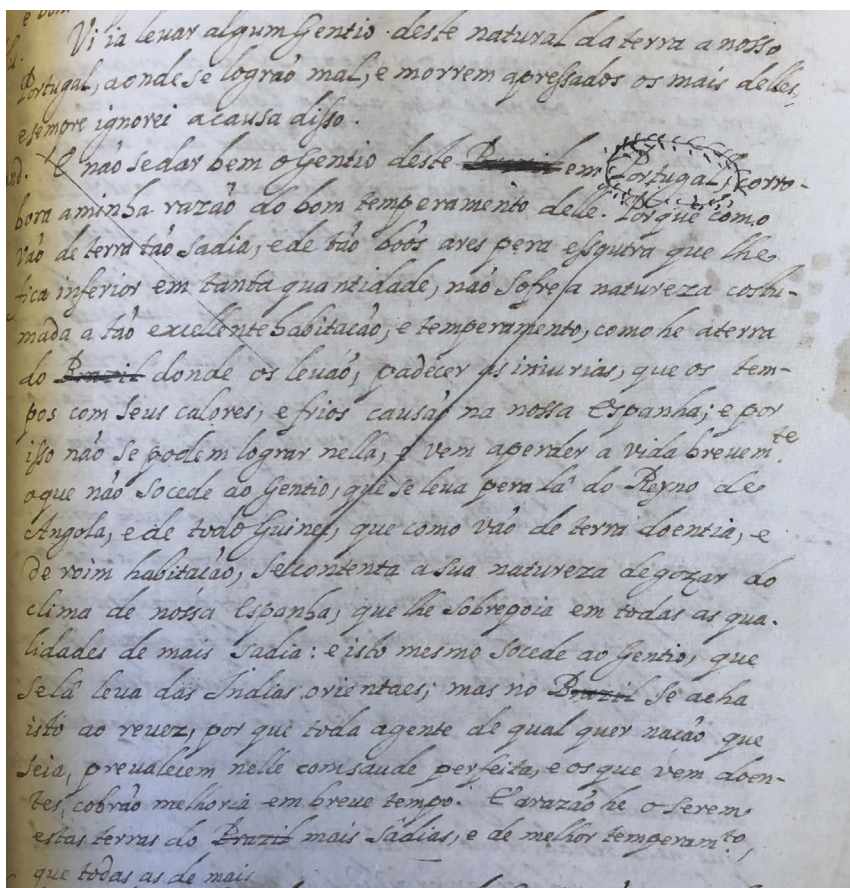


Imagem 1: f. 33r (fragmento) do apógrafo de Lisboa do *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Biblioteca Nacional de Portugal (Cod. 6819).

que destacam alguns termos relacionados com o conteúdo tratado na página e, ademais, faz chamadas nos trechos que tem referências autobiográficas do autor, o que denota um interesse, já no século XVII, por desvendar o mistério da sua autoria. A partir do fôlio 107 aparece um índice onomástico no qual são destacadas as várias referências ao «autor» dentro do texto. Também é interessante o fato de que no fôlio 33r. («Diálogo II») a palavra «Brasil» foi riscada todas as vezes que aparece (de maneira muito intensa na primeira ocasião, de tal maneira que a tinta quase traspassou o fôlio). Também foi ressaltado com um círculo o termo «Portugal» na mesma página (cf. ima-

gem 1). Tudo isso acontece num parágrafo no qual os elogios ao clima do Brasil são abundantes e onde se considera que o «temperamento» da terra é melhor do que o «da nossa Espanha». Parecera como se o anotador estivesse cansado de ler tanto elogio ao território brasileiro.

Sobre o autor: Ambrósio Fernandes Brandão

Os problemas de autoria do *Diálogo* foram resolvidos faz tempo, primeiro por Capistrano de Abreu e depois, de forma brilhante, por José Antônio Gonçalves de Mello. Não é momento agora para repetir todos esses argumentos que são bem conhecidos, mas por ocasião da primeira edição da obra em espanhol, aparecida no ano de 2019 em Madrid, temos feito alguns descobrimentos interessantes que trazem novos dados sobre o autor mais provável. O problema da autoria foi resolvido partindo das referências explícitas feitas no texto, que remetem a eventos ou personagens da obra. Quem escreveu o *Diálogo* fez curiosas especulações sobre a cor negra dos africanos, a origem do homem americano ou se a salamandra existe ou não, mas quando citava pessoas, instituições ou lugares, era enormemente preciso. No «Diálogo I» (Brandão 1997: 24), quando descreve a capitania do Rio Grande, diz que «Não há nela engenhos de fazer açúcares, mais de um até este ano de 1618». Esse e outros dados sobre a época têm sido considerados totalmente certos por parte dos historiadores. Também no século XVII foram estimados como reais. Lembremos que já o manuscrito de Lisboa tem várias chamadas, até oito, feitas por um anotador, que foi apontando, com a palavra «autor», os trechos do texto em que se fazem referências autobiográficas que podem nos levar até o escritor. São as seguintes: o ano que escreve é 1618; participa numa ação militar contra os inimigos (índios) Potiguara em 1592; o interlocutor Alviano diz que viu uma menina branca nascida de pais pardos em Olinda em 1600; o interlocutor principal, Brandônio, conta que em 1597 fez uma apresentação diante dos governadores de Portugal para demonstrar que o Brasil rentava mais do que a Índia; estava no ano de 1583 em Pernambuco e era «novo nesta terra»; declara que nunca viajou às «capitanias do Sul»; semeou trigo duas ou três vezes em Pernambuco; em 1599 estava em Portugal, falando com um fidalgo asturiano; se autodeclara descobridor da malagueta no Brasil.⁶ Quando Gonçalves de Mello fez a edição «definitiva»

⁶ Todas elas referências do Ms. de Lisboa, fols. 11r., 15v., 25v., 39r., 51r., 58r., 61v., 62r., 68r, respectivamente.

da obra encontrou muitas mais (até 25) destas referências autobiográficas do autor, que resumimos aqui:

- a) O autor chegou a Pernambuco em 1583, onde residiu até 1597. Nessa data viajou a Portugal e permaneceu lá até pelo menos 1607, voltando depois ao Brasil em data não determinada.
- b) Suas atividades foram militares, comerciais, agrícolas e fiscais.
- c) Tinha um grande interesse pela agricultura e a botânica, e fez experimentos nestas matérias.
- d) Teve criados e possuiu escravos.
- e) Conheceu importantes personagens da Paraíba da época como o poderoso senhor de engenho Duarte Gomes da Silveira.
- f) Foi pessoa de condição social elevada e teve relações em Portugal com altos funcionários.

A partir destas referências «explícitas» do texto, têm sido apontadas outras «implícitas», que não aparecem literalmente na obra, mas podem ser inferidas a partir dela, as quais têm levado às seguintes conclusões:

- a) O autor não era pernambucano senão português, e provavelmente tinha relação com o Algarve ou tinha nascido lá.
- b) O máximo que conheceu pessoalmente do Estado do Brasil foram as capitanias do Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e talvez Bahia.
- c) Era cristão-novo, talvez criptojudeu.
- d) Na última etapa de sua vida foi senhor de engenho, membro da elite econômica e social do litoral luso-americano.
- e) Tinha familiaridade com as transações econômicas e a cobrança de impostos.
- f) Teve um cargo político, o que lhe permitiu acesso ao sistema político português.
- g) Viveu na capitania da Paraíba e provavelmente em Filipeia de Nossa Senhora das Neves ou lá por perto.
- h) Teve contato, provavelmente pessoal, com a Índia.

Todos esses dados explícitos e implícitos coincidem de forma quase milimétrica com o cobrador de impostos, carregador de açúcares, senhor de engenho e Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes Ambrósio Fernandes Brandão, que deixou numerosos dados registrados nos documentos da época. Apareceu como capitão de mercadores numa campanha do ouvidor Martim Leitão

contra os Potiguara de Pernambuco. Foi denunciado na visita da inquisição de 1591, sendo exonerado. Declarou no processo contra Bento Teixeira de 1595, onde disse ser de idade de 40 anos. Aparece nomeado em vários registros do Almojarifado de Lisboa como destinatário de várias cargas de açúcar enviadas da Paraíba. Foi nomeado Tesoureiro dos Defuntos e Ausentes em Lisboa, onde em 1607 foi denunciado à Inquisição por um jardineiro seu, por dedicar-se ao «estudo» aos sábados, da qual também foi exonerado. O rastro de Ambrósio se perde aqui até que reaparece em 1613 no Brasil, na concessão de uma sesmaria na Paraíba. Os últimos registros de Brandão são de 1616 e, talvez, como veremos, de 1626. Estes dados são os que José Antônio Gonsalves de Mello ofereceu, basicamente, nos vários textos que dedicou ao possível autor do *Diálogo*, notadamente na introdução à edição que fez da obra, a partir do manuscrito de Leiden, em 1962. Nos últimos anos a figura de Brandão tem sido objeto de vários trabalhos que acrescentaram alguns dados relevantes à biografia do nosso protagonista. As nossas contribuições têm a ver fundamentalmente com três grandes linhas da biografia brandoniana: a relação com a Índia, o seu suposto criptojudaísmo e a relação que teve em vida com o poder luso-hispano, anos que corresponderam com a união das coroas ibéricas, a partir de 1580.

Ambrósio Fernandes Brandão teve uma relação estreita, e muito provavelmente pessoal, com o continente asiático e com a Índia particularmente. Já Varnhagen, na «Observação F» tantas vezes citada aqui, comenta o seguinte sobre o «Brandon» a quem parece atribuir a obra: «diz que tinha descoberto ali [Pernambuco] a *malagueta*, dando até a entender que tinha *estado* na Índia» (Varnhagen 1836: 98; grifo em itálico do original). José Antônio Gonsalves de Mello também fez alusão a esta característica do personagem. Na introdução da edição dos *Diálogos* de 1962 (reedição de 1997) menciona a Índia sete vezes, e mesmo se não afirma que o autor tenha visitado a região, demonstra a importância da Índia na obra de Brandão (Mello 1997). É possível que a inspiração para tal interesse venha da obra que mais claramente influenciou no *Diálogo* de Brandão: *Do sítio de Lisboa, diálogos*, de Luís Mendes de Vasconcelos. A dicotomia Brasil-Índia já estava presente nessa obra. Começava com ela um tema clássico nesses anos finais do século XVI e inícios do XVII: a exaltação das virtudes da colônia atlântica perante a ruína dos esforços lusos no continente indo-asiático. O confronto estava também nos altos níveis da administração portuguesa, com partidários de reforçar a presença na Ásia, ameaçada desde 1595 pela chegada de barcos holandeses, inclusive

intensificando a expansão territorial, e os que defendiam uma diminuição do pesado investimento em capital, homens e naus no Índico para dedicar-se a um maior desenvolvimento dos territórios no Atlântico, que começavam a mostrar uma grande complementariedade. Por trás desta polêmica subjazia o marco político do momento, a união entre a Espanha e Portugal, com claros interesses atlânticos, a primeira, e mistos, a segunda, o que deve ter alimentado os argumentos de uns e outros. A polêmica continuou até bem entrado o século XVII e esteve presente no final da Trégua dos doze anos em 1621, no momento da Restauração portuguesa de 1640 e nas discussões que levaram ao Tratado de Münster de 1648. Ambrósio Fernandes Brandão entrou diretamente na discussão. Como já mencionado, são numerosas as referências dentro do *Diálogo* a diferentes questões relacionadas à Índia, ao mesmo tempo que apresenta numerosas comparações entre os territórios asiático e brasílico, tentando sempre convencer o seu interlocutor, Alviano, e o leitor, da clara superioridade dos territórios do litoral atlântico, em pleno processo de expansão, perante a decadente presença lusa na Ásia. O termo «Índia» ou «Índia Oriental» aparece 53 vezes nos seis diálogos, só por detrás do toponímico mais citado, que é Brasil (176 vezes), e muito mais do que «costa africana» (12 vezes). A obra bem podia ser intitulada *Diálogo das Grandezas do Brasil e das Miudezas da Índia*, porque a isso é que aponta o autor. A diatribe começa logo na primeira frase do livro («Diálogo I»), quando Alviano pergunta por um «bizalho» que Brandônio está «revolvendo» dentro de um papel. Toda a discussão inicial desse longo parágrafo tem a ver com as riquezas «já prontas» da Índia, como rubis ou diamantes, perante as riquezas naturais do Brasil, que precisam ser exploradas e transformadas, mas que podem render mais do que rendem as da Índia. Refere Brandônio questões que mostram um grande conhecimento da Índia quando cita, por exemplo, a doença denominada lá «mordexim», a qual Garcia de Orta chamou de «morxi» e que designava o cólera morbo asiático. No «Diálogo III» faz uma enumeração detalhada dos produtos que vêm da Índia: «quantidade de drogas prestantíssimas, roupas muito finas, ouro, prata, pérolas, diamantes, rubis e topásios, almisce, âmbar, sedas, anil e outras mercadorias...» (Brandão 1997: 86).

A seguir, no mesmo «Diálogo III», o narrador faz uma extensa análise das características do comércio dos portugueses com a Ásia, cheio de referências muito precisas: o número de barcos, os gastos que a fazenda real tem nesse comércio, as quantidades com que cada barco contribui para as arcas reais,

o valor que os arrendadores pagam por cada contrato anual, a quantidade que as «quintaladas» concedidas aos particulares em cada nau retiravam da receita real... Quando Alviano, abrumado por tantos dados, quer saber das razões dos cálculos de Brandônio, este se justifica da seguinte maneira:

Faço-o para provar minha tenção, que o Brasil é mais rico e dá mais proveito à fazenda de Sua Majestade que toda a Índia; porque não me haveis de negar que para as naus que dela vêm, virem carregadas das fazendas que trazem, se desentranha todo esse Oriente, com se ajuntar a pimenta do Malabar e a canela do Ceilão, cravo do Maluco, massa e noz moscada da Banda, almiscra, benjoim, porcelanas e sedas da China, roupas e anil de Cambaia e Bengala, pedraria do Baiagate e Bisnaga e Ceilão; por maneira que é necessário que se ajuntem todas estas cousas, de todas estas partes, para as naus que vêm do Reino poderem vir carregadas, e se se não juntassem não viriam. (Brandão 1997: 89)

Somente um homem com profundos conhecimentos da Carreira da Índia e do movimento de mercadorias entre a Europa e a Ásia poderia escrever um parágrafo assim. Alviano, aos poucos, vai sucumbindo aos «encantos» dos argumentos de Brandônio. O primeiro acaba totalmente convencido da superioridade brasileira quando o segundo «ataca» com o que ele considera a prova definitiva dessa superioridade. Argumenta Brandônio que os homens da Índia constroem casas enormes em Portugal com o dinheiro que conseguem na Índia, porque não investem em bens raízes, duradouros, enquanto os homens do Brasil têm «a fazenda metida em bens de raiz», o que os impede de levar suas riquezas para Portugal, sendo, porém, bem mais ricos do que os homens da Índia. Brandônio diz também que, por conta das características do clima e do solo do Brasil, seria possível produzir naquela terra a pimenta que os portugueses iam buscar à Índia, e assim deixar fora do negócio os holandeses que lhes faziam a maior concorrência.

Necessariamente Brandão trabalhou no comércio da Carreira da Índia, ou passou uma temporada lá. Ele pertencia a uma importante rede de comerciantes cristãos-novos, os Brandão, que tinham negócios na Ásia, fundamentalmente com diamantes, mas que aos poucos foram desenvolvendo conexões atlânticas. Muito provavelmente um dos pioneiros para esta nova fase da expansão da rede mercantil foi Ambrósio (Boyajian 1993: 143). O historiador Luiz Felipe de Alencastro fala de um parentesco entre Brandão e Manuel da Paz, cristão-novo natural de Olinda, com importantes investimentos em escravos e açúcar, que viajou a Europa com a família a inícios do século XVII e acabou seus dias na cidade de Goa (Alencastro 2018: 91). Brandão parece ter feito o caminho contrário. Descobrimos recentemente um importante

documento, nunca mencionado antes, que explicaria todo esse interesse brandoniano pela Índia e pela comparação desse território com o Brasil. No Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa encontramos uma Carta de Mercê de Filipe II (I de Portugal), datada de 1581, pela qual se concediam a Ambrósio Fernandes Brandão dois importantes cargos na Ásia: «feitor» da feitoria de Malaca e «apontador» das obras da fortaleza da mesma cidade.⁷ Cabe lembrar que Malaca era o ponto de conexão entre a China e a Índia e que dominava o estreito pelo qual passava a maior parte do comércio entre as duas maiores regiões econômicas da Ásia, e talvez do mundo naquele momento. Os portugueses a conquistaram em 1511 e a perderam para os holandeses logo depois da Restauração, em 1641. Estes se interessaram pela cidade, não por sua enorme importância comercial, mas sim, justamente, para desativá-la, fazendo passar o comércio mais ao sul, pela ilha de Java e pela rota que ia de Batávia a Ceilão, as duas mais importantes possessões holandesas no sudeste asiático. Podemos imaginar que, na altura de 1581, os retornos que poderia receber um feitor ou um apontador das obras em Malaca deviam ser muito importantes, além de ser este um posto fundamental para o controle e administração dos negócios da rede familiar. No documento aparece escrito, como era normal neste tipo de concessões, que a mercê era outorgada a Brandão pelos «serviços feitos na Índia» e «na jornada de Sua Magestade D. Sebastião». Esse tipo de ofício era outorgado «na vagante dos providos», isto é, só podia ser ocupado uma vez que a pessoa ou pessoas que tinham sido previamente nomeadas já tivessem acabado o seu serviço no cargo. Isso quer dizer que dificilmente Brandão poderia ter ocupado o cargo nesse ano 81 ou nos anos imediatos. Em lugar de esperar em Portugal para ocupar um ofício tão importante, resolveu ir para Pernambuco, onde já estava no ano de 1583. Provavelmente foi enviado pela rede familiar como pioneiro para abrir o caminho dos Brandão no negócio do açúcar de Pernambuco, onde aprendeu com o grande comerciante Bento Dias Santiago. É muito importante o que sugere a citada Carta de mercê: Ambrósio tinha servido «nas partes da Índia», antes da concessão do cargo, e também que tinha servido na «jornada do Rei D. Sebastião [...] na armada do mar». Teria sido Ambrósio um dos participantes na batalha de Alcácer-Quibir? Naquele momento (1578) ele teria uns 23 anos de idade, o suficiente para ter participado como soldado,

⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT, Lisboa), PT/TT/CHR/N/001/0002/07301, «Carta de mercê do ofício de escrivão da feitoria de Malaca (Ásia), concedida por D. Filipe I a Ambrósio Fernandes Brandão» (28 de fevereiro de 1581).

marinheiro ou na grande variedade de postos que acompanhavam os exércitos da época nos seus deslocamentos. O rei D. Sebastião tinha 24 anos no momento de sua participação e morte na batalha. É possível, portanto, que o argumento central do *Diálogo das Grandezas do Brasil*, a comparação entre o Brasil e a Índia e a superioridade daquele sobre esta, tenha sido, ademais de um forte argumento de um comerciante experimentado, o gosto amargo de uma pessoa que tinha praticamente assegurado um futuro muito promissor nos mares asiáticos e teve que mudar seu destino, talvez de forma obrigada, pelos matos inóspitos das capitanias brasileiras.

O segundo grande tema sobre o qual mais tem avançado a recente historiografia é o da origem cristã-nova de Ambrósio. Além dos numerosos sinais que dá o texto sobre essa possível origem de Brandão ou sobre uma relação com a cultura e a religião judaica, ele foi processado duas vezes pelo Tribunal da Inquisição, em 1591 e 1607, e participou como testemunha no processo contra Bento Teixeira, como já foi comentado. O Estado do Brasil recebeu duas visitas da Inquisição durante a vida de Ambrósio. A primeira delas ocorreu entre os anos 1591 e 1595 e foi chefiada pelo inquisidor Heitor Mendonça Furtado. A segunda aconteceu entre os anos 1618 e 1620, e esteve a cargo do licenciado Marcos Teixeira, cujo começo coincidiu com o ano da redação do *Diálogo*. Em 1591, Ambrósio Fernandes Brandão foi acusado de frequentar, junto com seu companheiro Nuno Álvares, também cristão-novo, a sinagoga clandestina de Camaragibe, onde se «juntavam e diziam muitos juramentos feios e muitas blasfêmias» (*Primeira Visitação...* 1925: 519-520). A denúncia foi feita pelo padre Francisco Pinto Doutel no dia 8 de outubro de 1591 diante da mesa do Santo Ofício, em Salvador da Bahia. Em 1595 encontramos outro registro de Brandão na documentação da primeira visita do Santo Ofício ao Brasil, esta vez não como acusado, mas como testemunha, declarando para defender a inocência de Bento Teixeira, vizinho de Pernambuco e autor da *Prosopopéia*, que seria publicada posteriormente. Nesse processo se diz que Brandão era «cristão-novo de idade de quarenta anos, capitão da sua companhia de infantaria, morador nesta vila de Olinda» (Mello 1997: XIX). Quando da sua estadia em Lisboa, no ano de 1607, foi denunciado à Inquisição por um jardineiro mourisco de Granada, de nome Miguel Fernandes de Luna, que trabalhou para ele na quinta da Calçada do Combro, onde residia. A acusação tinha a ver com suspeitas de seguir a prática judaica de guardar os sábados, dia em que, segundo denuncia Brandão, sempre se reclusa no «estudo», o que era reforçado pelo fato de que todas

as pessoas da família eram letradas: a esposa, Ana Brandoa, a irmã bastarda desta, Joana Batista, Duarte Brandão e Mícia Henrique, filhos de Ana Brandoa (Mello 1997: XIX). Em todos esses episódios de «denúncias» no Brasil e em Portugal não existem dados na documentação inquisitorial de que o processo teria continuado. A ausência de julgamento pode ser uma prova das inconsistências do Tribunal da Inquisição, que categorizava como cristãos-novos todos os que tinham dinheiro ou uma boa posição dentro daquela sociedade. Também é possível que, nessas delicadas situações, Brandão ativara os seus importantes vínculos com pessoas destacadas da administração portuguesa, como o ouvidor Francisco Lopes Brandão (Lins 1994: 8). Também deve ter sido importante sua pertença a uma importante rede de comerciantes, da qual faziam parte personagens tão significativos como Pero Gonsalves Brandão, Pero Soares Brandão ou Gaspar Bocarro. Nos anos 30 do século XVII, um dos membros dessa rede, Duarte Brandão Soares (ou Blándón Suarez), se instalou em Madri e foi um dos banqueiros cristãos-novos preferidos do Conde-Duque de Olivares (Boyajian 1983: 134-135; Boyajian 1993: 143; Escobar Quevedo 2008: 225).

Portanto, a condição de cristão-novo de Brandão parece muito provável, mesmo levando em conta a obcecação inquisitorial com os comerciantes prósperos. O que não sabemos é o grau de compromisso que ele teria desenvolvido com esse grupo, que atingiu uma posição social e econômica elevada, mas que também foi duramente perseguido. Vários autores têm trabalhado esta questão nos últimos anos, e também podemos contribuir algo depois da nossa pesquisa para a primeira edição em espanhol do *Diálogo*. Podemos dizer que na tipificação feita por Gitlitz sobre os cristãos-novos portugueses, Brandão estaria oscilando entre o grupo dos que se consideravam a si mesmos como judeus ou no grupo daqueles considerados «céticos» (Gitlitz 1996). Gabriel Mordoch, Carlos Santos, Lucia Helena Costigan y Käthe Windmüller, entre outros, têm escrito instigantes ensaios sobre as referências ao criptojudaísmo dentro da obra de Brandão. Windmüller salienta a nula alusão que se faz no texto ao que era o primeiro objetivo da presença lusa em terras americanas, e que aparecia sistematicamente em todas as crônicas da época: a expansão da fé católica entre os nativos. Inclusive ironiza sobre os escassos avanços realizados pelas ordens religiosas com a evangelização, quando fala do caso de um índio que, tendo tomado os hábitos do sacerdócio, um dia tirou a roupa e, assim, nu, correu para a floresta e juntou-se de novo com os seus parentes («Diálogo VI»). É muito

evidente também, ao longo do livro, a ausência quase total do Novo Testamento. Apenas uma vez se fala do apóstolo Santo Tomás. Esta omissão seria, segundo Windmüller, uma autêntica «confissão» da verdadeira religião professada por Brandão (Windmüller 1992: 408-417). São também numerosas as referências feitas aos «israelitas», à história dos judeus ou a determinadas passagens e personagens da Bíblia (Noé, Cam, o rei David, o profeta Daniel), que constituiriam, segundo Falbel, «temas de uma exegese judaica tradicional» (Falbel 2008 *apud* Mordoch 2017: 106). É interessante também a alusão de Brandão a uma origem israelita dos índios do Brasil, comentada anteriormente. A questão surpreende Alviano, que reage dizendo que não é possível uma tal filiação, pois os indígenas não demonstram qualquer «polícia» ou cortesia, ao que Brandônio responde que a teriam perdido no transcorrer dos anos («Diálogo II»). Porém, parece-nos especulativa a afirmação de Mordoch de que existiria uma identificação entre os indígenas da obra brandoniana (maltratados, perseguidos e forçados à conversão) e os cristãos-novos (Mordoch 2017: 105).

Carlos Santos e Gabriel Mordoch apresentaram um instigante aspecto do texto como prova irrefutável do criptojudaísmo brandoniano. O livro está dividido em seis «Diálogos», correspondendo cada um deles a um dia de conversa entre Brandônio e Alviano. No final de cada «Diálogo» os interlocutores se despedem e combinam de se encontrarem no dia seguinte, à mesma hora. Portanto, deveriam transcorrer seis dias desde o primeiro até o sexto «Diálogo», mas na verdade transcorrem sete. Entre o terceiro e o quarto existe uma pausa: segundo comenta Alviano no quarto «Diálogo», ele esteve esperando no dia anterior toda a tarde, mas Brandônio não apareceu. A desculpa deste foi a seguinte: «quis fazer pé atrás para poder dar melhor salto sobre o que hoje havemos de tratar, porque a matéria é tão facunda que requer muito *estudo* para se proseguir» (Brandão 1997: 129; grifo em itálico nosso). Portanto, o texto tem uma estrutura simétrica de 3 dias, pausa, e outros 3 dias (Simões 2001: 76). A interpretação de Santos e Mordoch é que o «Diálogo I» teria começado numa quarta-feira, com o que a pausa ter-se-ia realizado no sábado. Isso daria a este dia um lugar central na obra, um detalhe que não escaparia a um leitor cristão-novo e ao seu «judaísmo potencial» (Mordoch 2017: 98). A divisão em 3 + 3 tem também uma simbologia na tradição judaica. Segundo o Talmud, o número três é um padrão básico da revelação. Deus revelou no monte Sinai, no terceiro mês do ano (Siván), um texto (a Bíblia hebraica ou *Tanakh*) dividido em três seções (*Torah*, Profetas

e Escritos) a um povo dividido em três grupos (Sacerdotes ou Cohens, Levitas e Israelitas), através de Moisés, terceiro filho de Anrão e Joquebede, no terceiro dia da preparação de Israel para a revelação. Como é bem conhecido na numerologia sagrada, o seis é um mês «nefasto», incompleto, enquanto o sete simboliza a perfeição. Numerosas passagens na Bíblia indicam essa simbologia do seis e o sete: o seis simboliza os inimigos de Deus, inclusive sua repetição invoca ao diabo. O sete, porém, comunica a ideia de plenitude. Deus cria o mundo em seis dias e no sétimo descansa, no sétimo mês do calendário hebraico se comemora a criação e no sétimo ano a terra fica em alqueive. Isaías fala dos «sete dons do espírito», o candelabro tem seis braços e um eixo central, etc. (Johnston 1994; Santos 2007: 48).

Faz tempo que foi assinalado que o *Diálogo* é, principalmente, uma chamada, um convite para as pessoas irem povoar o Brasil, terra promissora onde, como diz Brandônio, manava leite e mel nos campos. Bem no início da obra fala-se de um astrólogo que teria vaticinado, logo do «achamento», que «a terra novamente descoberta havia de ser uma opulenta província, refúgio e abrigo da gente portuguesa» («Diálogo I», Brandão 1997: 15). A questão que tem sido salientada, recentemente, é se esse convite seria voltado, em geral, para todos os portugueses ou em particular para os cristãos-novos que, como Brandão, sofriam a perseguição inquisitorial. O livro seria, portanto, um convite para os «marranos» portugueses saírem do Portugal peninsular e irem à sua extensão atlântica, onde a perseguição seria menos intensa, por não existir lá um Tribunal da Inquisição permanente. Mordoch afirma, sem muitas provas, que não é por acaso que a data da «composição» do *Diálogo*, 1618, coincide com a chegada à Bahia de Marcos Teixeira, o inquisidor que liderou a segunda visita da Inquisição nas terras brasílicas (Mordoch 2017: 88). O que não tem sido observado é um detalhe que nos resulta relevante, e que aparece logo na primeira frase do livro. Pergunta Alviano: «Que bisalho é esse, Senhor Brandônio, que estais revolvendo dentro nesse papel? Porque, segundo o considerais com atenção, tenho para mim que deve ser de diamantes ou rubis.» (Brandão 1997: 3)

O bisalho ou bizalho era uma pequena caixa de madeira que se introduzia dentro de uma sacolinha de algodão lacrado com cera. Era o recipiente utilizado para o transporte de diamantes e chegou a ser uma espécie de unidade de medida para esse comércio no século XVI. Normalmente continha entre 300 e 400 diamantes brutos, que davam um valor médio de 7.500 cruzados por bizalho em Lisboa (Boyajian 1993: 50). O comércio de diamantes era

tradicionalmente a atividade mais ligada com os judeus e os cristãos-novos, que organizaram grandes redes na Europa para tal comércio, tendo a cidade de Amberes como ponto central. Achamos que o fato de começar o *Diálogo* com um termo tão conectado com as atividades comerciais cristãs-novas não é um acaso, mas uma chamada de atenção cúmplice ao coletivo a que pertencia o autor, verdadeiro destinatário da obra.

Finalmente, achamos importante fazer uns comentários sobre as conexões do livro e do autor com o grande complexo político no qual Portugal ficou integrado a partir de 1580-81: a monarquia compósita espanhola, chamada na época Monarquia Hispânica ou Monarquia Católica, querendo ao mesmo tempo significar a pretendida homogeneização do planeta sob o catolicismo de acordo com a origem etimológica da palavra: universal. Apesar da importância dessa questão, ela não tem sido comentada ou observada até agora. Um personagem como Brandão, que viajou a Marrocos, passou tempos na Índia e na América Portuguesa, e teve uma estadia prolongada em Portugal com um cargo administrativo importante, não podia deixar de refletir sobre essa situação política que ao mesmo tempo condenava Portugal a uma situação subordinada (de «Corte na Aldeia», no dizer de Rodrigues Lobo), mas que também aumentava as oportunidades econômicas e políticas do Reino, ao conectá-lo aos outros territórios americanos sob domínio espanhol (fundamentalmente o Peru) e às grandes linhas da política imperial habsbúrguica. O *Diálogo das Grandezas do Brasil*, em si mesmo, é um exemplo fantástico desse período considerado «globalizado», segundo a denominação da mais recente historiografia. Usando o Brasil como escusa, Brandão faz um percurso por quatro continentes e demonstra um conhecimento amplo de questões que perpassavam as difusas fronteiras dos reinos da época. Chega a afirmar que o Brasil é a «praça do mundo» («Diálogo III», 106). O período era novo em muitos sentidos e Ambrósio Fernandes Brandão participou em todos eles: desde a transição de um império português centrado na Índia a um centrado no Atlântico, até à mudança de dinastia, dos Avis aos Habsburgo, tendo sido testemunha direta dos sucessos de Alcácer-Quibir, onde morreu o rei D. Sebastião I. Em Portugal, acompanhou a proclamação do rei Felipe II como D. Filipe I de Portugal, e também estava em terras lusitanas quando da morte do rei Prudente e da chegada ao trono do seu sucessor, Felipe III, D. Filipe II de Portugal. Acompanhou, estando em Pernambuco, a transição de uma economia centrada no pau-brasil a uma centrada no açúcar, e da mão de obra escrava indígena à mão de obra escrava

africana. Foi protagonista das campanhas contra os índios Potiguar, parte do plano de controle e, às vezes, de extermínio das populações indígenas do litoral brasileiro. Participou da expansão territorial para o norte, com a conquista da Paraíba, do Rio Grande e do vasto território que chegava até o Maranhão, arrebatado aos franceses em 1615. Assistiu ao crescimento dos núcleos de população portugueses na América, como Olinda, Salvador ou Filipéia, da que falou que quando ele chegou ao Brasil não era mais do que um sítio «coberto de matos» («Diálogo I», 25). Assistiu também e foi protagonista do crescimento do comércio e da administração real naquele território, sendo, como foi, transportador de açúcar e cobrador de impostos. Participou na estrutura jurídico-administrativa da monarquia portuguesa, que na época tentava adaptar-se aos novos ventos que sopravam da corte espanhola e que obrigavam a esforços crescentes, desde tentativas de reforma até imposições legais ou fiscais. O texto brandoniano não escapou a todos esses desafios e refletiu nas suas páginas várias dessas grandes questões do período. O texto não faz, porém, nenhuma menção explícita à mal chamada «Monarquia Dual», que de Dual, na verdade, não tinha nada. Até 32 vezes aparece no texto a palavra Espanha. Muitas vezes se refere a ela como «nossa Espanha», expressão análoga a outra também comum no texto: «nosso Portugal». Como já destacou Holden Hall, na excelente tradução para o inglês da obra, o uso do termo parece mais de tipo geográfico do que político, mas o sentimento de pertencer às duas realidades deve ter sido comum na época (Brandão 1987: 58). Brandão transitou fundamentalmente pelos ambientes brasileiro e português, mas é provável que fizesse alguma visita à corte de Valladolid ou Madrid, e também fez negócios com Cosme e Simão Ruiz, comerciantes de Medina del Campo, por intermédio do mercador de Lisboa Manuel da Veiga (Mello 1997: XXI). No livro aparece um comentário, quando trata das madeiras do Brasil, em que Brandão, levado pela paixão pela terra que habita, fala das árvores que existem nesse território, e diz o seguinte:

[...] em todo o decurso do ano gozam as árvores de uma fresca verdura e tão verdes se mostram no verão como no inverno, sem nunca se despirem de todo de suas folhas, como costumam de fazer na nossa Espanha; antes, tanto que lhe cai uma, lhe nasce imediatamente outra, campeando a vista com formosas paisagens, de modo que as alamedas de álamos e outras semelhantes plantas, que em Madri, Valladolid e em outras vilas e lugares de Castela se plantam e granjeam com tanta indústria e curiosidade, para formosura e recreação dos povos, lhes ficam muito atrás e quase sem comparação uma cousa da outra. («Diálogo III», Brandão 1997: 118)

O autor fez aqui uma referência às duas cidades que na época albergaram a corte, realçando assim a importância dos seus jardins.

Brandão pensava que uma parte das «Grandezas do Brasil» eram naturais e estavam prontas para serem recolhidas, mas no que mais acreditava era no potencial futuro que o território português na América podia dar aos povoadores e à Coroa. Com essa perspectiva em mente, não é estranho que o autor invocasse no texto, uma e outra vez, a «Sua Majestade», termo com o qual falava do rei Felipe III (D. Filipe II de Portugal), da dinastia dos Habsburgo, que governava as possessões portuguesas no momento da escrita do livro, em 1618. Em várias ocasiões o autor argumenta que a Monarquia deveria prestar mais atenção ao Brasil do que o fazia e ir deixando aos poucos as «fantasias orientais» dos portugueses, pois os benefícios que poderiam se esperar de um maior investimento na colônia americana seriam, com certeza, mais substanciais. Essa ideia é uma das mais fortes de Brandão e caracteriza uma boa parte do «arbitrio» em que às vezes se converte o *Diálogo das Grandezas do Brasil*. O texto tem referências contínuas à política imperial, fundamentalmente, como já foi mencionado, na comparação entre a Índia e o Brasil. O «Diálogo III» é o que tem o tom mais arbitrista. O autor dá várias recomendações à «Sua Majestade» sobre como deveria fazer para converter o Brasil na possessão mais valiosa de todos os seus territórios (como se já não o fosse), bem por diante da ruinosa Índia. Segundo Brandão, o Brasil renderia mais à fazenda do rei «se esse Senhor ou os do seu Conselho quisessem por os olhos nele» («Diálogo III», Brandão 1997: 93). O cristão-novo declara, inclusive, que propôs estas questões ao mais alto nível, perante os governadores de Portugal, em 1597. O mesmo tom arbitrista aparece nas considerações sobre a Relação da Bahia, o tribunal supremo de justiça dentro do território brásílico, implantado em 1609. Segundo Brandão, o Tribunal estava provocando importantes problemas aos moradores que tinham pleitos na justiça. No «Diálogo I» declara que falou «muitas vezes» (Brandão 1997: 36) com o Bispo de Coimbra, D. Alfonso de Castelbranco, sendo «Governador de Portugal». Na verdade, Castelbranco foi vice-rei de Portugal entre 1603 e 1604, o que indica que o projeto da Relação, iniciado em 1587, mas apenas completado a partir de 1609, já era conhecido por Brandão. Reclamava este do funcionamento da instituição e comentou que demoraram mais uns papéis que mandou a Salvador (desde Paraíba) do que outros que mandou a Lisboa («Diálogo I»). No mesmo «Diálogo I» faz uma proposta de reorganização da administração da justiça, colocando um corregedor na Paraíba, ao

que estariam subordinados os das outras províncias. O argumento podia ter a ver com certo «favoritismo» com aquela capitania, onde ele tinha sua residência, mas também transparece uma preferência pelas capitanias «régias», como era a Paraíba, em contraposição com as donatárias ou de senhorio, onde a administração da monarquia tinha menos controle e menos receitas. Esse argumento, curiosamente, aparece também no *Livro da Razão do Estado do Brasil*, de 1612, atribuído ao Sargento Mor do Brasil Diogo de Campos Moreno. A dicotomia real-senhorial, relativa às capitanias do Brasil, foi um dos temas mais comentados e debatidos na corte habsbúrguica a respeito da configuração do Brasil dentro da Monarquia Hispânica. Ao início do século XVII foram numerosos os relatórios requeridos pela coroa aos agentes no Brasil (um deles o *Livro da Razão*, de 1612). Neles se pedia, frequentemente, informação sobre a situação administrativa e econômica de cada uma das capitanias. Podemos imaginar que na corte espanhola, acostumada a uma importante implantação régia em todo o território americano, onde foram banidas as tentativas dos *encomenderos* por converter-se em uma espécie de nova classe feudal no ultramar, devia parecer estranha a situação da América Portuguesa, dividida entre territórios de administração senhorial e territórios de administração real.

Toda essa atividade de Brandão perto dos altos dirigentes do reino de Portugal, que incluiu uma entrevista com o «Conde Meirinho-mor, Veador da Fazenda de Portugal» («Diálogo III», Brandão 1997: 125), Duarte de Castelbranco, conde de Sabugal, foi possível porque, nos anos que ele passou em Lisboa, chegou a ser Tesoureiro Geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, cargo que sem dúvida lhe abriu as portas das casas nobres e dos espaços da alta burocracia (Mello 1997: XXVII). Sobre o período em Lisboa temos poucos dados, mas recentemente encontramos no Arquivo General de Simancas um interessante documento dessa etapa, no qual aparece Ambrósio Fernandes Brandão e que até agora não tem sido citado por nenhum dos estudiosos do assunto. Trata-se de uma carta de janeiro de 1604 do rei Felipe III ao vice-rei de Portugal na época, D. Afonso de Castelobranco, indicando-lhe que viu uma consulta que enviou Ambrósio Fernandes Brandão ao Desembargo do Paço na que pedia que fosse restituída sua propriedade sobre umas fazendas cuja possessão tinha sido usurpada. O rei considerou o caso de especial interesse, pois ordenou ao vice-rei que Antão Álvares Sanches, enviado do monarca ao Brasil para «umas diligências do seu serviço», fizesse uma devassa sobre o assunto. Antão deveria «prender os culpados e proceder contra eles»

e despachá-los depois ao Ouvidor Geral e ao Tesoureiro mor dos Defuntos, com restituição imediata da propriedade das fazendas de Brandão, sem possibilidade de agravos ou apelações.⁸ Não temos muitos mais dados sobre que foi que motivou essa reclamação, mas podemos aventurar que teve a ver com uma suposta confiscação de terras que afetou o engenho de São Bento, em Pernambuco, pois desde 1604 o engenho não voltou a aparecer na documentação e naquela data cessaram as remessas de açúcar que Brandão recebia periodicamente, por intermediação de Antônio Lopes Brandão, desde Recife. Ademais, em 1605 começou, por ordem de Ambrósio, a construção do seu primeiro engenho na Paraíba. Que um monarca Habsburgo ordenasse que um enviado real se ocupasse dos problemas particulares de Brandão indica que este tinha uma capacidade de penetração nos altos círculos de poder da corte espanhola muito mais importante do que pensávamos. A sua exoneração nos dois processos inquisitoriais e a nomeação como Tesoureiro Geral da Fazenda dos Defuntos e Ausentes, e, anteriormente, como Feitor da Feitoria de Malaca, pode ter a ver com a especial relação de Ambrósio com as altas esferas do poder.

O *Diálogo das Grandezas* do Brasil, considerado por José Honório Rodrigues e outros muitos autores como uma das mais importantes obras da história do Brasil no século XVII, e o seu mais provável autor, Ambrósio Fernandes Brandão, continuam dando informações relevantes e surpreendentes sobre um tempo que, como observou o historiador norte-americano Diego Rivero, pode ser considerado «crucial» na história colonial do Brasil.

Este estudo foi elaborado com o apoio do projeto de investigação «Circulación de personas, libros, objetos y noticias entre Brasil y los territorios de la Monarquía Hispánica (1580-1668)», HAR2016-78099-P, do Ministério de Ciência e Inovação do Governo de Espanha (antigo MINECO).

⁸ Archivo General de Simancas, AGS, Secretarías Provinciales, Libro 1487, fol. 71v. 30 de janeiro de 1604. Carta do rei ao vice-rei de Portugal.

Referências

- Abreu, João Capistrano de. «Introdução». Em: Brandão, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das grandezas do Brasil*, Salvador: Progresso, 1956.
- Akerman, S. *Queen Christina of Sweden and her Circle: the transformation of a seventeenth-century philosophical libertine*. Leiden: Brill, 1991.
- Alecanstro, Luiz Felipe de. *The Trade in the Living. The Formation of Brazil in the South Atlantic, Sixteenth to Seventeenth centuries*. Albany: State University of New York Press, 2018.
- Andújar Castillo, Francisco. «Andrés González de Barcia Carballido y Zúñiga». Em: Real Academia de la Historia, *Diccionario Biográfico electrónico* (en red, www.rah.es) acesso em 13 de ago. de 2019.
- Balsem, Astrid. «Collecting the Ultimate Scholar's Library: The Bibliotheca Vossiana». Em: Eric Jorink / Dirk van Miert (eds.). *Isaac Vossius (1618-1689) between Science and Scholarship*. Leiden / Boston: Brill, 2012.
- Boyajian, James C. *Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1630*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1983.
- Boyajian, James C. *Portuguese Trade in Asia Under the Habsburgs, 1580-1640*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil. Introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia*. Salvador: Progresso, 1956.
- Brandão, Ambrósio Fernandes, *Dialogues of the great things of Brazil / attributed to Ambrósio Fernandes Brandão. Translated and annotated by Frederick Holden Hall, William F. Harrison, and Dorothy Winters Welker*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.
- Brandão, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1997.
- Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Primeira transcrição do apógrafo de Lisboa. Transcrição: Caesar Sobreira. Recife: CEPE Editora, 2019.

- Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogo de las Grandezas de Brasil*. Edición crítica, traducción y notas de José Manuel Santos Pérez. Madrid: Doce Calles, 2019.
- Capel, Horacio (ed.). *Epítome de la bibliotheca oriental, y occidental, náutica, y geográfica de Don Antonio de Leon Pinelo... añadido y enmenda do nuevamente, en que se contienen los escritores de las Indias por mano del Marqués de Torre Nueva*. Tomo primero, Título XII, Edición facsímil. Barcelona: Ediciones de la Universidad de Barcelona e Horacio Capel Sáez, 1982.
- Collecçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Por tugueza*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de sua Magestade, e da Academia Real, 1724-1732.
- Cortesão, Jaime. *A política de sigilo nos descobrimentos: nos tempos do Infante D. Henrique e de D. Joao II*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenario da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- Costigan, Lúcia Helena. *Through Cracks in the Wall: Modern Inquisitions and New Christian Letrados in the Iberian Atlantic World*. Leiden: Brill, 2010.
- Dupré, Seven / Luthy, Christoph (eds.). *Silent Messengers. The Circulation of Material Objects of Knowledge in the Early Modern Low Countries*. Berlin: Lit Verlag, 2001.
- Escobar Quevedo, Ricardo. *Inquisición y judaizantes en la América española, (siglos XVI-XVII)*. Bogotá: Editora Universidad del Rosario, 2008.
- Falbel, Nachman, «Judaica Pernambucensis: alguns perfis de judeus e judaizantes em Pernambuco». Em: N. Falbel. *Judeus no Brasil: Estudos e notas*, São Paulo: Humanitas / Edusp, 2008.
- Gitlitz, David M. *Secrecy and deceit: The Religion of the Crypto-Jews*. Filadelfia: Jewish Publication Society, 1996.
- Guibovich Pérez, Pedro M. «Reseña a Gregorio García. Origen de los indios del Nuevo Mundo e Indias Occidentales. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2005, 371 p. (Corpus Hispanorum de

- Pace, segunda serie, 13)». *Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines*, 2007, 36 (3), 447-453.
- Johnston, R. *Los números en la Biblia*. Michigan: Editorial Portavoz, 1994.
- Lins, Guilherme Gomes da Silveira d'Avila. *Levantamento das publicações dos Diálogos das grandezas do Brasil com algumas notas sobre o seu mais do que provável autor*. João Pessoa: Empório dos Livros, 1994.
- Machado, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*, tomo I. Lisboa: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741; edição em facsimil, Coimbra: Atlântida Editora, 1965.
- Marcgraf, G. / Piso, Wilhem, de Laet, Johannes. *Historia Naturalis Brasiliae*. Leiden: Franciscum Hackium, 1648.
- Mello, José Antônio Gonsalves de. «A autoria dos Diálogos das Grandezas do Brasil». *Estudos Pernambucanos*. Recife: Imprensa Universitária, 1960.
- Mello, José Antônio Gonsalves de. «Introdução». Em: Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana, 1997.
- Merwick, Donna, *Possessing Albany, 1630-1710. The Dutch and English Experiences*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- Moraes, Rubens Borba de. *Bibliographia Brasiliana*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010.
- Mordoch, G. *New Christian discourse and early modern Portuguese Oceanic Expansion: the cases of Garcia d'Orta, Fernão Mendes Pinto, Ambrósio Fernandes Brandão and Pedro de León Portocarrero*. PhD thesis, Ohio State University, 2017.
- Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoça – Denúncias da Bahia 1591-1593*. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1925, 519-520.
- Rivero, Diego Gonzalo. *Brazil: The Crucial Years (1570-1612)*. PhD thesis, Atenas, Georgia, 1981.
- Rodrigues, José Honório. *História da história do Brasil. 1ª parte. Historiografia Colonial*. São Paulo: Editoria Nacional, 1979.

- Rodrigues-Moura, Enrique. «Manoel Botelho de Oliveira, autor del impreso Hay amigo para amigo. Comedia famosa y nueva, Coimbra, Oficina de 313 Tomé Carvalho, 1663». *Revista Iberoamericana*, vol. LXXI, n.º 211, abril-jun. 2005, 555-573.
- Santos, Carlos Alberto dos. *O olhar cristão-novo de Ambrósio Fernandes Brandão nos Diálogos das grandezas do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2007.
- Simões, Manuel G. «Dialogismo e Narração nos Diálogos das Grandezas do Brasil». Em: M. G. Simões. *O olhar suspeito: viagens e discurso literário*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- Vainfas, Ronaldo. Traição. *Um jesuíta a serviço do Brasil holandês procesado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- Varnhagen, F. A. «Observação F», p. 98, a las «Reflexões críticas sobre o escrito dos fins do século dezeseis impreso como título de Notícias do Brasil» em *Colección de noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhes são visinhas: Publicada pela Academia Real das Sciencias Tomo V*. Lisboa: Typografia da mesma Academia, 1836.
- Varnhagen, F. A. «Introdução». Em: Gabriel Soares de Sousa. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro, 1879.
- Windmüller, Käthe. «Omissão como confissão: os *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão». Em: A. Novinsky / M. Luiza Tucci Carneiro (orgs.). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro / São Paulo: Expressão e Cultura, EDUSP, 1992, 408-417.
- Wright, Herbert F., «Origin of American Aborigines: A Famous Controversy». *The Catholic Historical Review*, vol. 3, n.º 3, oct., 1917, 257-275.